IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 17 a 19 de setembro de 2015
ISSN 1982-3657

DA INDICAÇÃO À ELEIÇÃO DE GESTORES ESCOLARES EM MUNICÍPIOS ALAGOANOS: SEMELHANÇAS OU DIVERGÊNCIAS?

ISABELA MACENA DOS SANTOS
EDNA CRISTINA DO PRADO
LUCIENE AMARAL DA SILVA

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

DA INDICAÇÃO À ELEIÇÃO DE GESTORES ESCOLARES EM MUNICÍPIOS ALAGOANOS: SEMELHANÇAS OU DIVERGÊNCIAS?

13. Currículo Escolar, Gestão, Organização do trabalho pedagógico

RESUMO
Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo analisar as diferenças e semelhanças entre quatro escolas públicas municipais de Alagoas que escolhem o gestor escolar por meio da eleição direta ou por nomeação/indicação. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa com utilização de observação, entrevistas semiestruturadas e grupo focal com a equipe das quatro escolas alagoanas, para análise dos dados utilizou-se a Análise de Conteúdo com base em Bardin (2011). O referencial teórico utilizado foi Dourado (1990), Lira (2007) Mendonça (2000 e 2001), Paro (1996, 2001 e 2003) dentre outros estudiosos da área. Conclui-se que, tanto as escolas pesquisadas com eleição como nas com indicação há a necessidade de uma maior atuação dos mecanismos de gestão democrática.

Palavras-Chave: Provimento do cargo do gestor; Municípios Alagoanos; Gestão Escolar

ABSTRACT
This article presents the results of a Master research that aimed to analyze the differences and similarities of four public schools in Alagoas who choose the school management through direct election or by appointment / nomination. The methodology was qualitative research with the use of observation, semi-structured interviews and focus groups with staff of the four schools Alagoas, data analysis used the content analysis based on Bardin (2011). The theoretical framework used was Dourado (1990), Lira (2007) Mendonça (2000 and 2001), Paro (1996, 2001 and 2003) among other scholars in the field. In conclusion, both the schools surveyed with the election as indicating there is a need for greater performance of democratic management mechanisms.

Keywords: Providing the manager&39;s office; Alagoanos municipalities; School Management

INTRODUÇÃO

Apesar da implantação da chamada gestão democrática na maioria das cidades, na forma da lei, ter início nos anos 90 do século XX, a gestão das escolas públicas municipais de Alagoas têm ainda forte presença do patrimonialismo e do controle político institucional sobre seus dirigentes; quando deveriam caminhar para ampliação da democratização das

relações escolares.

Então surge o questionamento da pesquisa: existem mudanças e diferenças em escolas públicas municipais de Alagoas que realizam eleição de diretores quando comparadas as com indicação? E quais as consequências advindas da interferência política nas escolas que apresentam indicação e nas que apresentam eleição? Essa questão desdobra-se em outras questões secundárias, a saber: Em que medida a normatização do pleito por parte das instâncias administrativas dos sistemas de ensino tem contribuído ou dificultado a ampliação da participação dos atores na condução da instituição escolar? Questões como essas serão discutidas nesse artigo a partir da análise dos resultados da pesquisa.

Segundo Paro (2003, p. 9): "a adoção das eleições como modalidade de escolha de dirigentes escolares continuou se expandindo nos vários sistemas de ensino, em especial nas redes de escolas municipais, justificando um estudo mais aprofundado." Sendo assim, esse artigo apresenta um estudo sobre a gestão escolar das escolas públicas municipais de Alagoas, especificamente com relação ao provimento do cargo de gestor escolar como meio de entender as formas de dominação e de poder que se estabelecem na escola com relação ao provimento do cargo de gestor escolar e como isso pode impedir a constituição de um ambiente democrático e participativo estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96.

1 FORMAS DE PROVIMENTO AO CARGO DE GESTOR ESCOLAR NO BRASIL

"Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas"
Rubem Alves

O sentido da metáfora de Rubem Alves é inserido aqui visando abordar as relações de poder que se materializam no chão da escola pública e que podem ser influenciadas pelo perfil do gestor escolar, assim, uma forma de provimento ao cargo que garanta ou ao menos maximize as possibilidades de gestores com perfis democráticos que deem abertura para participação da comunidade escolar e ao mesmo tempo que tenham conhecimento técnico sobre gestão, seria o ideal, em prol do princípio constitucional de gestão democrática. Até porque, em escolas do Brasil que ainda tem gestores com perfis autoritários e patrimonialistas, esse sentido de participação e liberdade defendido na metáfora inicial estar sendo inibido, visto que, "o gestor patrimonialista dificilmente tomará decisões com base na objetividade da organização e gestão da unidade educativa, pois está extremamente comprometido com as relações tecidas com os seus apoiadores e consequentes eleitores". (ESQUINSANI, 2013, p. 110)

Todavia, a LDBEN (939496) não estabelece de qual forma deve ocorrer à escolha do diretor escolar ficando isso a cargo dos Sistemas de Ensino e a decisão sobre a forma de provimento advém dos interesses das lideranças políticas dos Estados brasileiros. O artigo 14, do Título IV, Da Organização da Educação Nacional, cede espaço para entendimentos dúbios, da seguinte forma:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares.

Segundo Nardi et al (2013) a partir do princípio da gestão democrática na Constituição de 1988 houve à promoção do município à condição de Ente Federado, a quem a Carta Magna con-feriu o direito de organização do sistema próprio de ensino por ser entidade com autonomia política, administrativa e financeira; e com LDB 9394/96 esse aspecto se fortificou porque também foi garantido ao município definir normas da gestão democrática do ensino público. Para esses autores essa tarefa dada aos municípios é desafiadora devido as políticas prevalecentes nessas esferas; com os quais "se pode tanto render avanços quanto retrocessos em termos de democratização da gestão educacional em nível de sistema e de escola" (NARDI et al, 2013, p. 177)

Assim, atualmente no Brasil não existe uma única forma de escolha do gestor escolar, mas segundo Mendonça (2001) podem ser definidas quatro formas de provimento ao cargo frequentes no país: 1) a indicação política; 2) o concurso público; 3) seleção mista; e 4) eleição. Dentre essas formas, a mais criticada pelos estudiosos da área, é a indicação, e para Mendonça (2001, p. 88) essa forma de provimento leva a interferência política na escola permitindo ações de clientelismo político; o autor ainda afirma que "para o político profissional, ter o diretor escolar como aliado político é ter a possibilidade de deter indiretamente o controle de uma instituição". A escolha do gestor escolar por indicação, reforça o autoritarismo e a política do favoritismo distanciando a escola da constituição de um ambiente democrático. Todavia, essa forma de provimento ainda estar presente em muitos sistemas de ensino no Brasil.

No que diz respeito, a rede municipal de educação de Maceió e na rede estadual de educação do estado de Alagoas, os

gestores escolares e seus respectivos vices são escolhidos por meio da eleição direta da comunidade escolar. Recente pesquisa de Santos e Prado (2014, p. 10) demonstram que ainda a maioria dos municípios alagoanos escolhe o gestor escolar por meio da indicação político-partidária, mostrando que a política do favoritismo e do autoritarismo ainda prevalece em muitas escolas do Estado. O contexto histórico e político de formação do Estado de Alagoas pode ser um meio de entender esses retrocessos como mostra Lira (2007 p. 83). “Essa oligarquia política que, há séculos, vem determinando os destinos de Alagoas, ainda hoje, possui um poder político muito forte, na verdade, esgotado nas suas possibilidades de propor soluções minimamente viáveis”.

No que concerne à eleição Paro (1996) afirma que a reivindicação da escolha de diretores escolares através da eleição no Brasil teve seu início mais aprofundado nos começos da década de 80, mas deixa claro que algumas experiências localizadas remontam à década de 60.

Apesar de resistências, a expansão do processo eletivo se deu em todo país, e segundo Paro (1996) trouxe consigo algumas expectativas para os sujeitos envolvidos, entre elas: a) crença na capacidade do sistema eletivo de neutralizar as práticas tradicionalistas firmadas no clientelismo e no favorecimento pessoal; e b) eliminação do autoritarismo existente na escola e da falta de participação de professores, alunos, funcionários e pais nas decisões. No entanto, essas expectativas em alguns casos foram frustradas como demonstram as pesquisas de Calaça (1993), Castro (1991), Couto (1998) e Dourado (1990), que realizaram estudos respectivamente, na rede municipal de ensino de Goiânia, no Estado do Rio Grande do Sul, Distrito Federal, e em Goiânia. Algumas considerações são feitas por Paro (1996, p. 377) sobre o não alcance dessas expectativas:

O fato, entretanto, de a incipiente prática política introduzida pelas eleições de diretores não ter sido capaz de eliminar por completo essas expectativas e comportamentos clientelistas não pode levar a que se impute às eleições as causas desses males que nada mais são, na verdade, do que remanescentes de uma cultura tradicionalista que só a prática da democracia e o exercício autônomo da cidadania poderá superar.

A eleição de diretores é assim um dos caminhos a gestão democrática, até porque como esclarece Garske e Torres (2000, p.67) “Não é possível pensar em democracia plena sem sujeitos democráticos para exercê-la”. É através de mecanismos democráticos presentes nas escolas que os sujeitos aprendem a participar.

Nas várias redes públicas de ensino do Brasil a eleição de diretores é uma realidade, Mendonça (2000) afirma que é a forma de provimento mais predominante no Brasil, ficando em segundo lugar a indicação. Todavia, predomina o equívoco de considerar uma gestão democrática simplesmente por ter-se realizado eleição na escola. Por isso, defende-se aqui que a eleição por si só não garante práticas democráticas de gestão. É preciso ir além e nesse contexto destaca-se a função do diretor escolar que deve ser um impulsionador da constituição de um ambiente participativo. Paro (2003, p. 121) afirma que “a eleição é a forma de escolha de dirigentes escolares mais compatível com a luta por uma escola básica de qualidade e acessível ao maior número de pessoas”.

Com relação ao concurso público, forma de provimento adotada pelo Estado de São Paulo, percebe-se um provimento que visa inibir o apadrinhamento político, no entanto não garante a escolha pela comunidade escolar. Mendonça (2000, p.191) afirma que:

O concurso público está vinculado a uma concepção de direção de escola como carreira e, por meio dele, a ocupação da função tem caráter permanente. A forma de provimento por concurso aproxima o cargo de diretor da noção de funcionário adotado, ela terminologia weberiana e o conjunto deles, da ideia de quadro administrativo burocrático. Alguns elementos que o caracterizam são identificáveis na ocupação do cargo de diretor por concurso público, particularmente a livre seleção – segundo qualificação profissional medida por prova e certificada por diploma -, a nomeação – numa hierarquia rigorosa de cargos – e a perspectiva de carreira.

Já o provimento por meio de seleção mista, ou seja, em que há combinação de diferentes formas para escolha do gestor é uma forma de garantir tanto a participação da comunidade como também o conhecimento técnico do candidato. Mendonça (2000, p. 90) explica que as críticas a essa forma de provimento envolvem não privilegiar primeiramente a avaliação da liderança política, mas sim a competência técnica. Para Mendonça (2000, p. 89):

Todos os sistemas que adotam esse procedimento baseiam-se na necessidade de superar os problemas de competência técnica dos candidatos. As provas de conhecimento seriam o instrumento capaz de selecionar apenas os mais capazes para escolha da comunidade escolar. Esse processo, na visão dos sistemas que o praticam, também permitiria eliminar a interferência política na indicação de diretores.

Em suma, a escola pode ser um espaço de aprisionamento ou de liberdade e participação; estes últimos serão realizados se o princípio da gestão democrática for vivenciado nesses espaços. Conclui-se, que não há um consenso quanto a melhor forma de provimento do gestor escolar, sendo que todas as formas presentes no Brasil têm suas críticas, no entanto, a eleição ainda é a forma que permiti a participação democrática na escolha do gestor e se

complementada a outra forma como a prova, possibilitará tanto aferir a liderança política do candidato como seu conhecimento técnico. Pondera-se que a eleição deve ser associada a outros tipos de instrumentos que possibilitam a gestão democrática como construção do projeto político pedagógico (PPP) coletivamente, a atuação dos conselhos escolares, grêmios estudantis e colegiados; pois por si só não garante gestão democrática.

2 METODOLOGIA

Quanto à base metodológica adotou-se uma abordagem qualitativa, para tanto, foram utilizados instrumentos de coleta de dados como: observação estruturada, dados censitários, entrevista semiestruturada, grupo focal com a equipe de quatro escolas alagoanas; sendo duas escolas com eleição e duas com indicação do gestor escolar. Através do critério de distribuição geográfica, foram selecionados primeiramente os municípios alagoanos que fariam parte da pesquisa, sendo que da mesorregião do agreste alagoano fez parte da pesquisa um município (A) com eleição e um município (B) com indicação; e do leste alagoano um município (C) com eleição e um município (D) com indicação do gestor escolar. Essa distribuição permitiu uma melhor comparação entre as formas de provimento durante a análise dos dados.

Posteriormente foram selecionadas as escolas, uma de cada município definido anteriormente; e para escolha foram adotados os seguintes critérios: a) escolas públicas municipais de Educação Básica do ensino fundamental dos anos iniciais ou finais; b) ser da zona urbana; e c) ter o maior número de matrículas no município segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013). As escolas com indicação foram denominadas (W) e (X) e as escolas com eleição foram nomeadas (Y) e (Z), para salvaguardar suas identidades, de acordo com princípios éticos.

Os sujeitos da investigação foram um representante de cada segmento escolar: gestores, funcionários, alunos, pais, coordenadores e professores. Como foram quatro escolas de cada uma selecionaram-se seis sujeitos, totalizando, desta pesquisa participaram 24 (vinte e quatro) sujeitos. Sendo que as entrevistas semiestruturadas ocorreram apenas com os gestores, enquanto os grupos focais foram mistos (com um coordenador, um pai, um aluno, outro funcionário e um professor). No geral, a pesquisa teve quatro entrevistas com quatro gestores e quatro grupos focais com os demais representantes dos segmentos escolares de cada escola.

Após os dados coletados a análise foi feita com base na análise de conteúdo que segundo Bardin (2011, p.15), “é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Para tanto, cada entrevista, falas e situações observadas nas quatro escolas foram comparadas umas com as outras sendo possível elaborar quadros comparativos e fazer análises qualitativas à luz do referencial teórico selecionado e tomando a Análise de Conteúdo como metodologia para a definição das categorias de análise (BARDIN, 2011). Quanto às categorias de análise, foram as seguintes: 1) democracia, 2) participação e 3) poder.

Portanto, para análise dos dados houve o processo de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, promovido pela análise de conteúdo, que é organizado segundo Bardin (2011) em três etapas. 1) Pré-análise: fase de organização e sistematização das ideias; 2) Exploração do material: trata-se da fase em que os dados brutos do material são codificados para se alcançar o núcleo de compreensão do texto e 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: fase em o pesquisador faz inferências e realiza suas interpretações de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos.

3 DA INDICAÇÃO À ELEIÇÃO DE GESTORES ESCOLARES EM MUNICÍPIOS ALAGOANOS: SEMELHANÇAS OU DIVERGÊNCIAS?

Tendo como ponto de partida as mensagens que foram colhidas durante a coleta de dados nas escolas foi possível fazer as análises. Pois é através da mensagem que segundo Franco (2005, p. 20) é possível responder a perguntas como: “O que se fala? O que se escreve? Com que intensidade? Com que frequência ? Que tipo de símbolos figurativos são utilizados para expressar ideias? E os silêncios? E as entrelinhas?” Todas essas perguntas foram feitas para analisar os dados; e as falas foram agrupadas de acordo com as três categorias definidas: 1) democracia; 2) participação e 3) poder.

Inicialmente foi analisado se havia ou não a existência de mecanismo de gestão democrática tanto nas escolas com eleição, como nas com indicação. Verificou-se que tanto nas escolas com eleição como nas com indicação há a existência de PPP e conselho escolar, no entanto com as observações e análises das falas percebeu-se que as escolas com eleição têm conselhos mais atuantes, enquanto as com indicação tem conselhos figurativos, com reuniões esporádicas. A fala da diretora provida por indicação da escola W (do leste alagoano) reforça essa última afirmação:

“E o conselho escolar a gente tenta fazer ele atuante, porque se não tiver o conselho não vem os recursos federais, aí a gente faz reunião para divulgar os recursos que chegam, quando vai se vencer a gente chama o pessoal para fazer eleição, pergunta quem quer participar”. (grifo nosso)

Nota-se com essa fala que o Conselho Escolar é pouco atuante apenas tem reunião quando chegam os recursos e para fazer nova eleição dos componentes. O conselho existe apenas para fins burocráticos e devido o receio de perder os recursos federais. Indo em contradição com o que estabelece o Ministério da Educação e Cultura (MEC) "O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político pedagógico". (BRASIL, 2004, p. 37). Já nas duas escolas com eleição verificou-se maior atuação do conselho escolar, na fala da coordenadora pedagógica da escola Y (do leste alagoano) durante o grupo focal constata-se essa afirmação:

"Existe reunião mensalmente, elas já são definidas no cronograma anual da escola; todo mês tem reunião e havendo uma necessidade também temos as reuniões extraordinárias. E também é colocado um edital de convocação, 72 horas antes da reunião do conselho, para que aquelas pessoas que não são membros do conselho também possam participar. Não pode ser um conselho fictício, tem que ser atuante para resolver as situações".

Os demais participantes do grupo focal também confirmaram a fala da coordenadora. Inclusive a fala da auxiliar de serviços gerais (presidente do conselho nessa escola) demonstrou um exemplo de uma conquista através da atuação do conselho, mostrando que nesse caso este teve poder de decisão:

"A secretaria de educação queria instalar o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) na sede da escola e nós do conselho conseguimos evitar, porque nossa escola não tem estrutura suficiente para isso, ia prejudicar os alunos".

Com relação ao PPP nas escolas com eleição percebeu-se dois casos opostos, na escola Z existe PPP mas está desatualizado e através do grupo focal confirmou-se que os funcionários têm conhecimento do que é o PPP, e apoiam a necessidade de atualização, na escola Y o PPP está atualizado e no grupo focal notou-se que este foi elaborado coletivamente. Entretanto, nas escolas com indicação as falas das diretoras se contradizem com as afirmações no grupo focal. Na escola W a gestora provida por indicação afirmou que todos os funcionários participaram da elaboração do PPP, todavia a fala do vigia no grupo focal diverge dessa afirmação:

"Sobre o PPP eu acho até estranho porque eu vim conhecer aqui, como ainda não há essa democracia nas escolas e a política centraliza as decisões, houve pouca divulgação, inclusive eu vim saber o que é o PPP agora, a coordenadora fez com a diretora, ficou algo muito extenso, vago, seria bem melhor com nossa participação. Se eu não sabia, imagine os pais que muitos são leigos".

Contrário a isso Padilha (2005, p. 101) defende que:

Por isso defendemos a construção do Projeto Político Pedagógico da escola alicerçado na relação pedagógica que se estabelece desde a sala de aula, fundamentada na dialogicidade sensível, crítica, conflitiva, reflexiva, criativa, permanentemente política e transdisciplinar. Dessa forma, possibilitamos aos sujeitos do processo pedagógico espaços de convivência e de descoberta dos caminhos a serem trilhados, para que aprendam não só a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser[...].

Constatando a existência desses mecanismos de gestão democrática foi possível fazer inferências sobre as categorias de análise, outro ponto destacado nas entrevistas e no grupo focal foi sobre a opinião dos participantes com relação à eleição de diretores. A gestora da escola W respondeu:

"Eu não concordo com a eleição de diretores, vou dizer a você porque: tapa o sol com a peneira, porque o diretor para ganhar a eleição vai ser omisso nas falhas dos funcionários, vai querer ser bonzinho para agradar, por isso não concordo com esse ponto da gestão democrática".

Durante a entrevista essa diretora aparentou medo de perder o cargo indicado caso haja eleição de gestor escolar no município, levando ao não apoio a essa forma de provimento por eleição. E para fazer essa defesa de sua fala faz uma equiparação da eleição de diretores com as experiências das eleições políticas partidárias.

Entretanto, no grupo focal dessa escola, todos concordam com a eleição de diretores, e até anseiam por isso como é revelado em falas no grupo focal. A professora afirmou:

"Quando tem mudança de gestão na prefeitura, sempre abala a escola" e o vigia esclareceu *"o que ocorre quando a pessoa é escolhida de forma política, muitas vezes a pessoa não é competente, isso prejudica a educação, muitas pessoas quando são indicadas elas se fecham em seus cargos e impossibilitam as pessoas de opinarem".*

Essas respostas vão de encontro com o que Mendonça (2001, p. 89) afirma "para o diretor, gozar da confiança da liderança política é ter a possibilidade de usufruir do cargo público. Estabelecem-se, desta maneira, as condições de troca de favores que caracterizam o patrimonialismo na ocupação do emprego público".

A gestora da escola X também provida por indicação apesar de concordar com a eleição de diretores mesmo não podendo se candidatar devido questões religiosas, alertou:

"Aqui na nossa cidade é recorrente escândalos políticos e quando tem eleição municipal é uma disputa de poderes, então veja, se para prefeito é assim, imagine se tiver eleição na escola? Nós vemos pelas eleições na rede estadual,

que são como as eleições da política".

Algumas pesquisas como a de Calaça (1993) e Dourado (1990) já demonstram cenas parecidas com a eleição partidária em escolas do Brasil com atitudes como troca de favores por voto e candidatos a gestor escolar patrocinados por vereadores.

Nas escolas com eleição ambas as diretoras apoiam a eleição de diretores, no entanto as falas do grupo focal evidenciam as experiências após o processo eleitoral discorrendo sobre temas como autoritarismo e abuso de poder. Na escola Z do agreste alagoano só fazia um mês que havia tido eleição na escola, os participantes do grupo focal se sentiram a vontade para falar das experiências com a eleição, um professor explicou

"Na eleição que ocorreu a um mês, nós da escola formamos várias chapas para confundir a diretora. Pois quem dizia que ia se candidatar ela perseguia, porque queria um candidato para seu benefício". Então a escola se organizou para tirá-las e conseguimos" e complementou *"mesmo eleita a diretora passada tinha uma gestão ditatorial, eu percebia algum nível de perseguição caso nos manifestássemos ao contrário, tinha medo devido ao estágio probatório".*

Verifica-se o abuso do poder da gestora escolar provida por eleição impondo medo através de meios como estágio probatório e outros mecanismos de perseguição dos funcionários, sobre poder Veiga (1995, p. 18) afirma que "Não podemos deixar de reforçar que a escola não tem mais possibilidade de ser dirigida de cima para baixo e na ótica do poder centralizador que dita as normas e exerce o controle técnico e burocrático".

Nota-se com essas falas que a eleição de diretores não impediu práticas de abuso de poder e que a cultura do medo ainda existisse na escola. Como revela essa fala da auxiliar de serviços gerais:

"Tinha pais que não concordavam com o que a outra diretora fazia; e até alunos chegaram para mim na cozinha e disseram "graças a Deus que ela saiu tia".

Por outro lado, mesmo a eleição não evitando práticas clientelistas e autoritárias, mas foi o meio pelo qual os funcionários puderam através da participação coletiva escolher uma nova equipe gestora para escola. Possibilitando o que afirma Gadotti (1992, p. 90):

é preciso que haja um empenho permanente, esforçado, continuado, perseguição de objetivos. É uma caminhada que encontra obstáculos, resistências: o novo brota do velho, mas não espontaneamente; brota vencendo a resistência do velho....

Para isso é necessários mecanismos de gestão democrática na escola que deem possibilidade aos indivíduos de participarem. Para que a cultura da obediência possa ser rompida das instituições escolares e a liberdade de expressar opiniões não seja prejudicada como é revelado na fala do professor da escola Z:

"Se esse grupo focal fosse na gestão passada, talvez nos mudássemos o discurso ele ia ficar mais suave".

Abusos de poder foram verificados com mais intensidade nas escolas com indicação principalmente por parte da gestão municipal, a diretora da escola W afirmou que:

"A escola não toma posição nenhuma, só aguarda, a secretaria indica, e a prefeitura dar o aval, e funcionário nenhum pode interferir".

E sobre a comparação entre um diretor eleito e um diretor indicado a gestora da escola Y que já teve experiências no cargo como diretora indicada e como eleita afirmou:

"a interferência política na escola com eleição que tem implantada a gestão democrática, ainda chega indiretamente, mas não diretamente, veja, nós rompemos com o prefeito, pela situação em que está o município, mas ele não pode mexer com a gente; antes com indicação nós não podíamos romper com o prefeito se não eu tinha que entregar a chave [risos]".

Essa afirmação reforça a relação de troca de favores presente na forma de provimento por indicação criticada por Mendonça, (2001, p. 89) "Na medida em que o beneficiado com o cargo perde a confiança política do padrinho, a exoneração é acionada como consequência natural, como o despojamento de um privilégio". E a fala da gestora deixa claro que mesmo com a eleição ainda há vestígios de interferência política partidária na escola.

Ainda fazendo comparações com eleição e indicação a diretora da escola Y acrescenta *"com a eleição é aquela hora de dizer o seguinte: o seu mandato está prestando ou não? Quando indicava, por questão política, você podia não ser um diretor bom, mas eles tinham que aguentar você, hoje não a gente tem um conselho que fiscaliza, a palavra final não é minha é do conselho. Quando era indicação o conselho só existia para administrar as constas da escola, figurativo mesmo".* Durante o grupo focal essas afirmações da diretora puderam ser confirmadas, uma aluna afirmou: *"com certeza está bem melhor agora com eleição, porque a gente pode participar mais e resolver, antes a gente não podia".*

Com relação a participação nas decisões escolares constatou-se uma abertura a participação nas escolas com eleição, no entanto houve relatos de mesmo com eleição a participação ter sido prejudicada, como no caso da escola Z em que

a coordenadora afirmou:
"Na participação a gestão passada mesmo tendo sido eleita fazia perguntas camufladas, só para dizer que tinha gestão democrática. Um dia discordei e ela disse: pergunto por perguntar, mas já está tudo decidido. Eu fui perseguida porque defendia os professores. Hoje temos grêmio estudantil e até professor conselheiro".
A fala da auxiliar de serviços gerais também reforça a afirmação anterior *"Já agora os alunos abraçam a diretora, diferente da outra que era nos gritos". Hoje eu participo, até se o lanche a gente percebe que os alunos querem mudar a gente muda.* Nesse caso essa escola passou por duas experiências com relação a eleição de diretores, uma em que a gestão era autoritária e outra em que eles podem participar e tem poder de decisão. A participação é assim um princípio fundamental da gestão democrática, e como afirma Vasconcellos (2009, p. 24):
A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências [...].

Por outro lado, os funcionários das escolas com indicação não demostraram está sendo convidados a participar, a tomar parte, a ser levado em conta ou incluídos nas decisões escolares. Essas falas foram mais presentes nos participantes com cargos como o de vigia, o da escola X disse o seguinte:
"Se a gente for convidado a participar, a gente participa, mas se não a gente fica lá no nosso cantinho, só esperando o resultado das decisões". Na outra escola W com indicação de gestor "*Eu não tomo decisão porque o cargo não me possibilita tomar decisão, eu apenas dou sugestão, o cargo não me possibilita tomar decisões, apenas acolhê-las".*
Portanto, as falas demonstram que é essencial insistir na efetivação de mecanismos democráticos na escola e acreditar que a gestão democrática das escolas públicas é uma utopia possível, pois como afirma Paro (2001, p. 9):
A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola.

Em suma, as falas dos participantes do grupo focal possibilitam três inferências: 1) de que a eleição de diretores junto de outros mecanismos de gestão democrática (como conselho escolar e grêmio estudantil, etc) pode sim possibilitar espaços de participação na escola e 2) A eleição não é muito eficaz se o diretor e até mesmo a gestão municipal tem um perfil autoritário e centralizador e 3) a indicação de gestores não é a forma mais propícia para escolha do gestor escolar por possibilitar o abuso de poder, o clientelismo e autoritarismo tanto pela gestão da escola como pela gestão municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de considerações finais, o objetivo deste artigo foi apresentar uma comparação entre escolas públicas municipais alagoanas que escolhem o gestor escolar por meio de eleição direta e as que escolhem por meio de indicação político partidária. Nas escolas pesquisadas tanto as com eleição como as com indicação ainda tem em graus diferenciados interferência político-partidária na gestão da escola, demonstrando a necessidade de uma maior atuação dos mecanismos de gestão democrática.
Até porque foram encontrados relatos em que a eleição não teve a capacidade de neutralizar as práticas tradicionalistas fortemente marcadas por clientelismo e autoritarismo. Com relação as consequências advindas da interferência política nas escolas que apresentam indicação perceberam-se a falta de autonomia, a cultura da obediência e abuso de poder tanto por parte do gestor escolar como do gestor municipal, enquanto nas escolas com eleição a interferência política é percebida em grau menor, mas ainda interfere na autonomia da escola e nas decisões escolares.

Por fim, esse estudo possibilitou um conhecimento sobre a realidade da gestão escolar de municípios alagoanos; e demonstrou que nessas escolas a forma de provimento por eleição não estar garantindo a inexistência de interferência político partidária, como também não garante gestor com perfil democrático, no entanto, ainda é o meio mais democrático de escolha do diretor de escola. Essa dificuldade de atuação dos mecanismos de gestão democrática na escola deve-se ao contexto histórico do Brasil como afirma Mendonça (2001, p.84) "A educação brasileira experimentou uma democratização tardia. Criada e cevada para servir à elite [...] A cultura política autoritária predominou, intercalada por espasmos de democracia". Então só insistindo em mecanismos de gestão democrática na escola é que poderão se vislumbrar novos horizontes, principalmente no Estado de Alagoas que é fortemente marcado pelas oligarquias políticas e a cultura da obediência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº. 9394/96.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica-**Conselhos Escolares:** Uma estratégia de gestão democrática da educação pública

, Brasília, 2004

CALAÇA, Celina Ferreira (1993). **Eleição de diretor de escola e gestão democrática**: um estudo de caso. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.

CASTRO, Marta Luz Sisson de et al. (1991). Eleição de diretores: a experiência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília, ANPAE, v. 7, n. 1 e 2, p. 80-102.

COUTO, Jurema Barbieri (1988). **Gestão democrática na escola públic**a: o caso do Distrito Federal (1985-1988). Brasília. Dissertação de Mestrado. FE-UnB.

DOURADO, Luís Fernandes. **Democratização da escola**: eleições de diretores, um caminho? Goiânia, 1990. Dissertação de Mestrado. UFG/FE.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Eleição de diretores e gestão da escola pública: reflexões sobre democracia e patrimonialismo. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 101-115/maio/ago. 2013.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Brasília, 2ª edição: Liber editora, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Escola Vivida, escola projetada**. Campinas: Papirus, 1992.

GARSKE, L.M. TORRES, Artemis. Diretores de escola: o desacerto com a democracia. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p.60-70, fev./jun. 2000.

LIRA, Fernando José de Lira. **A formação da riqueza e da pobreza de Alagoas.** Maceió: Edufal, 2007.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo:** democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas/SP: Unicamp/FE, 2000.

_____. E.F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no 75, Agosto/2001.

NARDI, Elton Luiz, REBELATTO, Durlei Maria Bernardon, GAMBA, Ivan Carlos. Opções político-institucionais de sistemas municipais de ensino: para onde caminha a gestão democrática do ensino públicor? **Roteiro**, Joaçaba, v. 38, n. 1, p. 169-194, jan./jun. 2013.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Eleição de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática. **R. bras. Est. pedag.,** Brasília, v.77, n.186, p. 376-395, maio/ago. 1996. Disponível em< http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/289/291> Acesso 4 jan 2015.

-_____. V. H. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2003.

_____. **Eleição de diretores:** a escola pública experimenta da democracia. 2ª ed. SP: Xamã, 2003.

_____, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2001.

_____. Eleição de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática. **R. bras. Est. pedag.,** Brasília, v.77, n.186, p. 376-395, maio/ago. 1996.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em 27 dez 2014.

SANTOS, Isabela M. Prado. E. **Formas de provimento do cargo de gestor escolar em Alagoas:** tendências e configurações atuais na rede de educação pública municipal. Cadernos do Tempo Presente – ISSN: 2179-2143, n. 16, mai./jul. 2014, p. 40-49 . Disponível em< www.getempo.org> Acesso 10 jan 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da escola:** Uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

Isabela Macena dos Santos – Mestranda UFAL/CEDU
isabelamacena@yahoo.com.br
Edna Cristina do Prado- Profa. Dra. UFAL/CEDU
wiledna@uol.com.br
Luciene Amaral da Silva- MestrandaUFAL/CEDU
cieneamaral@hotmail.com
Universidade Federal de Alagoas **- UFAL**
Centro de Educação **- CEDU**

Recebido em: 27/05/2015
Aprovado em: 29/05/2015
Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort
Metodo de Avaliação: Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi: